

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

ANEXO IX – CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E APORTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins do presente ANEXO, os termos abaixo definidos terão os seguintes significados:

CARRO	Unidade simples que compõe um TREM.
CARROS X QUILÔMETROS DE SERVIÇO ou CARROS X KM DE SERVIÇO ("CKM")	Também conhecidos como "quilômetros comerciais", diz respeito à distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, observado o disposto no item 4.6. Tal apuração deverá ser utilizada para aferição da remuneração da CONCESSIONÁRIA, nos termos deste ANEXO.
CARROS X KM L11 ("CKM11")	Distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, em um determinado mês, na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 11.
CARROS X KM L12 ("CKM12")	Distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, em um determinado mês, na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 12.
CARROS X KM L13 ("CKM13")	Distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, em um determinado mês, na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 13.
CARROS X KM EA ("CKMEA")	Distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS, em um determinado mês, no SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO.
CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos não foram concluídos ou comissionados a contento e/ou que as inconformidades identificadas não permitem que o investimento esteja apto a cumprir as funções pretendidas e/ou não ofereçam risco à segurança do ativo ou dos usuários.
CONCLUSÃO PLENA	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão plenamente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, não restando inconformidades.
CONCLUSÃO SUBSTANCIAL	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

	conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão suficientemente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, de modo que possam estar disponíveis para utilização conforme suas funções pretendidas e não representem riscos à segurança do ativo e dos usuários, ainda que existam inconformidades identificadas.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, a ser livremente movimentada, observado o disposto no item 7.8.
CONTA DE LIVREMOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, a ser livremente movimentada, observado o disposto no item 7.8.
CONTRAPESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO ("CCKM")	É a parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL que visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA tendo como referência os quilômetros comerciais por ela percorridos.
CONTRAPESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA ("CPB")	É o somatório da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, nos termos do item 2.1.
CONTRAPESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA ("CPF")	Parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA que visa a remunerar os investimentos da CONCESSÃO por meio de pagamentos fixos que iniciar-se-ão a partir do atingimento de determinados marcos contratuais.
CONTRAPESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL ("CPV")	Parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA que visa a remunerar os custos e despesas administrativas, de operação e manutenção da CONCESSÃO, entre outros encargos aplicáveis, nos termos do item 4.1.
DESCONTO DE DESEMPENHO	Valor a ser descontado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL em decorrência da avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do OBJETO do CONTRATO, nos termos do item 2.3.
INVESTIMENTOS PERMITIDOS	Investimentos cuja contratação é permitida no âmbito deste ANEXO, para fins de remuneração dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do item 7.9.
NOTIFICAÇÃO DE APORTE	Notificação a ser emitida pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA para solicitar o pagamento das parcelas de APORTE, nos termos do item 7.16.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

NOTIFICAÇÃO CONCLUSÃO	DE	Notificação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA para comunicar a conclusão de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do item 6.2.
NOTIFICAÇÃO FISCALIZAÇÃO	DE	Notificação a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, para atestar a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, a CONCLUSÃO PLENA, ou a CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do item 6.3.
NOTIFICAÇÃO PAGAMENTO	DE	Notificação a ser emitida mensalmente pelo PODER CONCEDENTE para autorizar o pagamento de valores a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do item 7.14.
PACOTE INVESTIMENTOS	DE	Conjunto de investimentos listados no ANEXO IX.A cuja certificação da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou da CONCLUSÃO PLENA pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, gerará o direito de recebimento da respectiva parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.
PREÇO UNITÁRIO CARRO KM ("PUKM")		Preço unitário do quilômetro percorrido por um carro dos SERVIÇOS, equivalente a R\$ [•] (por extenso) conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE.
REEMBOLSO DESPESAS MONITORAMENTO	DAS COM	Valor a ser reembolsado à CONCESSIONÁRIA no âmbito do câmputo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo custeio da remuneração do AUDITOR INDEPENDENTE, do VERIFICADOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do APOIO TÉCNICO, nos termos do item 2.4.
REEMBOLSO TRIBUTOS SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA	DE DA	Valor a ser reembolsado à CONCESSIONÁRIA no âmbito do câmputo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo recolhimento de tributos incidentes sobre atividades desempenhadas conforme o regramento aplicável à SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA, nos termos do CONTRATO e do item 2.5.
SOLICITAÇÃO ANTECIPAÇÃO	DE	Solicitação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 3.8, para requerer a antecipação do

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

	cronograma de conclusão de PACOTES DE INVESTIMENTOS.
TREM ou TRENS	Unidade completa de serviço, a que se referem os horários, frequências e intervalos de passagem.
VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA ("VPCPF")	Valor referente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS disposto no ANEXO IX.B, que será utilizado nos termos do item 3.3, para o cálculo das parcelas correspondentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.

1.2. Os termos grafados em maiúsculas neste ANEXO e não conceituados acima terão o significado previsto no ANEXO XIII do CONTRATO, quando ali definidos.

2. INTRODUÇÃO

2.1. A partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, que será paga mensalmente, nos termos da seguinte fórmula:

$$CP_m = CPB_m + RDM_m + RTSQ_{m-2}$$

Onde,

CP_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga no mês m ;

CPB_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês m , observado o item 2.2; e

RDM_m é o REEMBOLSO DAS DESPESAS COM MONITORAMENTO para o mês m , nos termos do item 2.4 abaixo.

$RTSQ_{m-2}$ é o REEMBOLSO DE TRIBUTOS DA SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA para o mês $m-2$, nos termos do item 2.5 abaixo.

2.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CPB_m = CPF_m \times (100\% - OF - BU) + CPV_m \times (100\% - OF - BU - DD_m)$$

Onde,

CPB_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês m ;

CPF_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA a ser paga no mês m , observado o item [•];

CPV_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL a ser paga no mês m , observado o item [•];

OF é o desconto correspondente ao percentual de 3% (três por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO no mês m ;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

BU é o desconto correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a título de custos com o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO no mês *m*;
DD_m é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês *m*, nos termos do item 2.3 abaixo;

2.3. O DESCONTO DE DESEMPENHO será calculado nos termos na seguinte fórmula:

$$DD_m = 100\% - (80\% + 20\% \times IQS)$$

Onde,

DD_m é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês *m*; e

IQS é o INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, vigente para o mês, nos termos do ANEXO III.D e do CONTRATO.

2.4. Até o 10º (décimo) dia do início de cada ano contratual, a CONCESSIONÁRIA enviará ao PODER CONCEDENTE os documentos comprobatórios relativos aos custos incorridos para a remuneração do AUDITOR INDEPENDENTE, do VERIFICADOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do APOIO TÉCNICO, referentes ao ano calendário anterior.

2.4.1. Os custos incorridos pela CONCESSIONÁRIA demonstrados conforme o item 2.4 serão incorporados, na forma do item 2.1, ao valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA em 12 (doze) parcelas iguais, sem qualquer tipo de reajuste ("REEMBOLSO DAS DESPESAS COM MONITORAMENTO").

2.5. Conforme disposto na Cláusula [I] do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reembolso das despesas relativas aos tributos incorridos no âmbito das SUBCONTRATAÇÕES QUALIFICADAS.

2.5.1. O REEMBOLSO DE TRIBUTOS DA SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA será constituído pelos tributos recolhidos incidentes sobre a receita das entidades responsáveis por referida subcontratação, nomeadamente o ICMS, o ISS, o PIS e o COFINS.

2.5.2. Até o 10º (décimo) dia do início de cada mês contratual, a CONCESSIONÁRIA enviará ao PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE os documentos comprobatórios relativos aos custos incorridos com os tributos incidentes nos serviços subcontratados, conforme disposto no item 2.5.1 acima.

2.5.3. Conforme disposto no item 2.1, o REEMBOLSO DE TRIBUTOS DA SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA comporá o montante relativo à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser calculado no segundo mês subsequente à comprovação descrita no item 2.5.2.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

2.5.4. Caso haja a possibilidade de recuperação de créditos dos tributos relacionados às atividades da SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA, a CONCESSIONÁRIA, ou a empresa subcontratada quando couber a ela o recolhimento do tributo, deverá empreender todas as medidas necessárias para sua efetivação, sendo certo que o REEMBOLSO DE TRIBUTOS DA SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA considerará apenas os tributos efetivamente recolhidos ao fisco.

2.5.4.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não empreenda as medidas necessárias, ou por qualquer motivo a ela atribuível não seja possível recuperar créditos dos tributos de que tratam este item 2.5, o PODER CONCEDENTE poderá solicitar ao VERIFICADOR INDEPENDENTE o desconto do valor que seria deduzido do tributo do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

2.5.4.2. A dedução de que trata o item 2.5.4.1 acima será apurada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE anualmente, em até 30 dias da conclusão de cada ano contratual, e efetivada por meio das NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes, sendo lícito o desconto de até 5% da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA de cada mês, até que o saldo da dedução seja integralmente quitado, sem qualquer reajuste.

2.6. A participação da CONCESSIONÁRIA nos custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO corresponderá a 5% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, na forma do item 2.1, independentemente do valor real do rateio mensal dos custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.

2.7. Caso, por qualquer motivo, sejam necessários ajustes referentes aos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, especialmente aqueles relacionados ao INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, estes deverão ser objeto de compensação no âmbito da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à sua definição, salvo acordo em contrário entre as PARTES.

2.8. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será paga por meio de recursos da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do item 5.

3. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA

3.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA é composta por parcelas correspondentes aos PACOTES DE INVESTIMENTOS identificados no ANEXO IX.A, cujo pagamento iniciar-se-á quando da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA de cada um deles, a partir da certificação a ser realizada pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, por meio dos procedimentos indicados no ANEXO [•].

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

3.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CPF_m = \sum_1^i CPF_i$$

Onde,

CPF_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA a ser paga no mês m ; e

CPF_i é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i , a ser calculada conforme o item 3.3 abaixo.

3.3. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i será calculada por meio da conversão do VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA indicado no ANEXO IX.A em parcelas mensais que serão devidas quando da satisfação condições aplicáveis, nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF_i = (VPCPF_i \times 1,007361^{t-1}) \times \left[\frac{(0,007361) \times (1,007361)^{372-t}}{(1,007361)^{372-t} - 1} \right]$$

Onde,

CPF_i é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i , à qual a CONCESSIONÁRIA já faz jus em decorrência da respectiva CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA;

$VPCPF_i$ é o VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i , indicado no ANEXO IX.A; e

t é o número referente ao mês contratual em que a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou a CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS foi atingida, sendo certo que:

- (i) Caso haja antecipação da conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS e a CONCESSIONÁRIA não tenha incluído a antecipação em SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO:
 - (a) t será o valor indicado para o respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A, (b) os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t e (c) não haverá desequilíbrio favorável à CONCESSIONÁRIA decorrente da antecipação de investimentos.
- (ii) Caso haja antecipação da conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS e a CONCESSIONÁRIA tenha incluído a antecipação em SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- (a) t será o valor do mês contratual em que ocorre a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, (b) os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t e (c) não haverá desequilíbrio favorável à CONCESSIONÁRIA decorrente da antecipação de investimentos.
- (iii) Caso a conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS ocorra no mês indicado na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A:
- (a) t será o valor indicado na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A para o respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, e (b) os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t .
- (iv) Caso haja atraso na conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS atribuível ao PODER CONCEDENTE:
- (a) t será o valor do mês contratual em que ocorre a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS e (b) os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t .
- (v) Caso haja atraso na conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS atribuível à CONCESSIONÁRIA:
- (a) t será o valor do mês contratual em que ocorre a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, (b) os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t e (c) haverá desequilíbrio desfavorável à CONCESSIONÁRIA decorrente do atraso de investimentos.
- 3.4. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i será devida a partir da respectiva CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA, observado o disposto no item 3.3, até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO.
- 3.4.1. As parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA originalmente previstas no ANEXO IX.A deverão ter seu pagamento cessado ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO original, mesmo em caso de extensão do referido prazo, a não ser que o TERMO ADITIVO MODIFICATIVO que formalizou a extensão preveja o recálculo e o correspondente aumento do número de parcelas deste componente de remuneração.
- 3.4.2. Caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, serão retidos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

10% (dez por cento) do valor da correspondente parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA até que seja atestada sua CONCLUSÃO PLENA.

- 3.4.2.1. O valor de retenção indicado no item 3.4.2 acima permanecerá reservado na CONTA CENTRALIZADORA até que a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, sendo certo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus a reequilíbrio econômico-financeiro ou a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária em relação a referido valor.
- 3.4.2.2. Quando da atestação da CONCLUSÃO PLENA, os valores reservados nos termos do item 3.4.2.1 acima, relativos ao correspondente PACOTE DE INVESTIMENTOS, serão transferidos da CONTA CENTRALIZADORA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA por ocasião das movimentações decorrentes da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente.
- 3.5. Caso a certificação pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS não ocorra no primeiro dia do mês calendário, o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA será realizado *pro rata die*, considerando o período transcorrido entre a data da certificação da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL e o último dia daquele mês.
- 3.6. Caso, por qualquer motivo, a CONCESSIONÁRIA não faça jus ao pagamento de um mês calendário completo, o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA será realizado *pro rata die*, considerando o período transcorrido entre o primeiro dia do respectivo mês calendário e a data a partir da qual a CONCESSIONÁRIA não mais faz jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA daquele mês.
- 3.7. O mês contratual originalmente estabelecido para a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTOS está disposto na coluna “Mês Contratual da Conclusão do Investimento” do ANEXO IX.A.
- 3.8. Caso a CONCESSIONÁRIA deseje antecipar a conclusão de um ou mais PACOTES DE INVESTIMENTOS previstos para o ano calendário seguinte, deverá, até o fim do mês de agosto de cada ano, enviar SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO ao PODER CONCEDENTE.
- 3.8.1. Na SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar quais PACOTES DE INVESTIMENTOS pretende antecipar e o mês contratual em que pretende concluir os respectivos investimentos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 3.8.2. A SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO deverá ter o envio acompanhado da atualização do PLANO DE INVESTIMENTOS contemplando o novo cronograma para a conclusão dos investimentos previstos na referida solicitação.
- 3.8.3. Atendidos os requisitos desse item, e somente nesta hipótese, o cronograma apresentado na SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO será considerado, para todos os efeitos, o cronograma vigente, prescindindo de manifestação expressa do PODER CONCEDENTE.
- 3.8.4. A CONCESSIONÁRIA incorrerá, caso não conclua os investimentos conforme o cronograma indicado na SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO, nas penalidades previstas no ANEXO V para os eventos de atraso de conclusão de investimentos.
- 3.8.5. A antecipação de investimentos, seja constante de SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO, ou por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, não ensejará desequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA.
- 3.8.5.1. Caso a CONCESSIONÁRIA deseje que sejam considerados os efeitos no equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrentes de antecipação de investimentos, deverá pleitear a alteração de cronograma na forma do regulamento vigente, sendo o reequilíbrio processado nos termos da Cláusula [•] do CONTRATO.
- 3.8.5.2. Nos casos previstos no subitem supra, o cronograma vigente somente será modificado após aprovação expressa do PODER CONCEDENTE ou AGÊNCIA REGULADORA, se o caso.
- 3.8.6. Caso as exigências indicadas nos itens 3.8.1 e 3.8.2 acima sejam cumpridas, o PODER CONCEDENTE deverá adotar as medidas necessárias para assegurar o pagamento tempestivo das parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA e do APORTE aplicáveis, incluindo a adequada previsão orçamentária na Lei de Orçamento Anual do Estado.
- 3.8.6.1. Não haverá a necessidade de aprovação do PODER CONCEDENTE para as antecipações decorrentes de SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO descritas neste item 3.8, sem prejuízo às penalidades e demais efeitos aplicáveis.
- 3.9. Independentemente da aplicação da fórmula disposta no item 3.3 e das disposições a ele relacionadas, no processamento das REVISÕES ORDINÁRIAS, o regramento referente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá ser observado, a fim de considerar os demais efeitos positivos ou negativos decorrentes das hipóteses de atraso ou antecipação de investimentos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

4. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL

Apuração da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL

4.1. A CONTRAPRESTAÇÃO VARIÁVEL será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CPV_m = CCKM_m$$

Onde:

CPV_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL correspondente ao mês contratual m ; e
 $CCKM_m$ é a CONTRAPRESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO correspondente ao mês m .

4.2. A CONTRAPRESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CCKM_m = PUKM_m \times (CKM11_m + CKM12_m + CKM13_m + CKMEA_m)$$

Onde:

$CCKM_m$ é a CONTRAPRESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO correspondente ao mês m ;

$PUKM_m$ é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido no mês m ;

$CKM11_m$ são os quilômetros comerciais percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 11 no mês m ;

$CKM12_m$ são os quilômetros comerciais percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 12 no mês m ;

$CKM13_m$ são os quilômetros comerciais percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente à LINHA 13 no mês m ;

$CKMEA_m$ são os quilômetros comerciais percorridos na parcela dos SERVIÇOS referente ao SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO no mês m .

4.3. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CPV a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL até a extinção do CONTRATO, salvo se materializada a hipótese de reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, nos termos do ANEXO III.B.

4.3.1. A CONCESSIONÁRIA deixará de ter direito ao recebimento da CPV desde a emissão da ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL até a ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO COMERCIAL, devendo o PODER CONCEDENTE informar o BANCO DEPOSITÁRIO por meio das NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 4.4. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível à CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.
- 4.5. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, acrescida de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data em que teria iniciado a OPERAÇÃO COMERCIAL, não fosse o atraso atribuível ao PODER CONCEDENTE, e até a data do efetivo pagamento.
- 4.5.1. O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA fará jus será aquele definido nos termos deste ANEXO, sendo certo que para que os cálculos sejam realizados a CONCESSIONÁRIA deverá ter empreendido todas as medidas necessárias para gerar os dados necessários para calcular a CPV, incluindo a implantação dos sistemas responsáveis pela contabilização dos CKM e dos PASSAGEIROS TRANSPORTADOS.

Cálculo dos CARROS X QUILOMETROS DE SERVIÇO

- 4.6. Para calcular os quilômetros percorridos pelos carros, devem ser consideradas as seguintes variáveis: (i) a extensão da linha, (ii) o número total de viagens realizadas mensalmente pelos TRENS e (iii) o número de carros de cada TREM.
- 4.6.1. O programa SIGO – Sistema Informatizado de Gestão da Operação, mencionado nos ANEXOS III.A, III.D e II.E, deve registrar todas as viagens integral ou parcialmente realizadas, em cada LINHA e no SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, bem como o número de carros utilizados em cada uma das viagens.
- 4.6.2. Ao final de cada mês, o SIGO – Sistema Informatizado de Gestão da Operação deverá ser capaz de registrar, para cada LINHA e SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, o total de viagens comerciais realizadas e as respectivas distâncias (km) e números de carros disponibilizados, gerando, assim, o CKM referente a cada tipo de serviço.
- 4.6.2.1. Para fins do cálculo do CKM, considerar-se-ão os carros com a capacidade (oferta de lugares) especificada no ANEXO III.A. Eventual utilização de carros com capacidade distinta ensejará a revisão proporcional dos preços unitários deste ANEXO.
- 4.6.3. Para fins do cálculo da CKM, a extensão de cada uma das LINHAS, em função dos SERVIÇOS a serem implantados em conformidade com o cronograma da implantação dos EMPREENDIMENTOS, é a seguinte:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

SERVIÇOS	Extensões entre estações	Distâncias (km)
LINHA 11	[●]	[●]
	[●]	[●]
	[●]	[●]
	[●]	[●]
LINHA 12	[●]	[●]
	[●]	[●]
LINHA 13	[●]	[●]
	[●]	[●]
	[●]	[●]
	[●]	[●]
SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO	[●]	[●]
	[●]	[●]
	[●]	[●]
	[●]	[●]

5. APORTE

5.1. O APORTE será devido quando da CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, a partir da certificação a ser realizada pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.

5.2. A parcela do APORTE correspondente a determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS será devida em parcela única, conforme indicado no ANEXO IX.A , quando da CONCLUSÃO PLENA do respectivo pacote.

6. CONCLUSÃO SUBSTANCIAL E CONCLUSÃO PLENA

6.1. A CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS será atestada pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, a depender da natureza do EMPREENDIMENTO envolvido.

6.1.1. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO será responsável por emitir a CERTIFICAÇÃO da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS OBRAS e o AUDITOR INDEPENDENTE será responsável emitir a APROVAÇÃO dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 6.2. A CONCESSIONÁRIA, após a conclusão dos EMPREENDIMENTOS relativos a um determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, deverá enviar ao PODER CONCEDENTE, bem como à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.
- 6.2.1. A CONCESSIONÁRIA somente poderá enviar 1 (uma) NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO por mês calendário.
- 6.2.2. A NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO incluirá relatório de medição a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter (i) a descrição do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(s) concluídos(s); (ii) a declaração, a ser emitida pelo técnico responsável, sobre o cumprimento às especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS, às normas nacionais e internacionais, assim como das técnicas e métodos aplicáveis e (iii) os montantes considerados devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO IX.A.
- 6.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá, até o dia 5 (cinco) de cada mês calendário, enviar ao PODER CONCEDENTE e à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, notificação contendo a lista de PACOTES DE INVESTIMENTOS que pretende incluir na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO a ser enviada no mês seguinte, bem como quaisquer informações adicionais que julgue pertinentes.
- 6.2.3.1. O PODER CONCEDENTE, o AUDITOR INDEPENDENTE e a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO poderão solicitar informações sobre os PACOTES DE INVESTIMENTOS listados na notificação indicada no item 6.2.3 à CONCESSIONÁRIA a fim de antecipar análises e planejar os procedimentos de verificação que subsidiarão a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
- 6.2.3.2. O processo de que trata o item 6.2.3.1 não impactará, em qualquer medida, a prerrogativa de a CONCESSIONÁRIA enviar a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO contemplando os PACOTES DE INVESTIMENTOS indicados na notificação de que trata o item 6.2.3, nem o prazo para a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que consta no item 6.3.
- 6.3. Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, remeterá à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que contenha o laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO.
- 6.3.1. O laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO deve incluir (i) relatório de fiscalização com o detalhamento do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(S) solicitado(s); (ii) a atestação de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, de CONCLUSÃO PLENA, ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, e (iii)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

os montantes devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO IX.A.

- 6.3.2. Em caso de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, deverá encaminhar relatório de fiscalização parcial à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, com a indicação de possíveis alternativas para saneamento das inconformidades.
- 6.3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as inconformidades apontadas pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, reiniciando o procedimento previsto no item 6.2 e seguintes.
- 6.4. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, a qualquer tempo, o PODER CONCEDENTE poderá indicar inconformidades relativas ao(s) PACOTES(s) DE INVESTIMENTO(s).
 - 6.4.1. A indicação do PODER CONCEDENTE deverá ser fundamentada em aspectos técnicos e/ou contratuais e prevalece, para todos os efeitos, sobre as conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.
 - 6.4.2. Para a consideração pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, na respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, o PODER CONCEDENTE deverá compartilhar suas considerações em relação à conclusão do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTO no prazo de 15 (quinze) dias da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.
 - 6.4.3. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer momento, exercer fiscalização referente às obras relacionadas aos PACOTES DE INVESTIMENTOS que tenham sido avaliados pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação de eventuais irregularidades constatadas.
 - 6.4.3.1. Caso o PODER CONCEDENTE entenda que a CONCLUSÃO PLENA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS não fora cumprida na data atestada pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, exclusivamente relacionado ao APORTE, deverá ser apurado pelo PODER CONCEDENTE, na forma do item 6.4.3.3 (“VALOR DE AJUSTE DO APORTE”).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

6.4.3.2. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado do montante aplicável à NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à fiscalização pelo PODER CONCEDENTE que tenha atestado a correção das inconformidades que geraram o referido ajuste.

6.4.3.3. O VALOR DE AJUSTE DE APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre o valor do APORTE relacionado ao respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS que tenha sido objeto de contestação após avaliação do PODER CONCEDENTE, considerando o período entre o pagamento da parcela do APORTE e a fiscalização de que trata o item 6.4.3.2.

6.4.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pelo PODER CONCEDENTE dentro do prazo afixado para correção, sob pena de aplicação das sanções correspondentes, conforme ANEXO V.

6.4.4. O cumprimento do disposto no item 6.4.3 não impactará a emissão de nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO ou NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO.

6.5. Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados no CAPÍTULO [•] do CONTRATO.

7. PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, DO APORTE E FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA

7.1. Este ANEXO é composto pelo APENSO 1, que contém a minuta referencial do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA, a ser celebrado entre o BANCO DEPOSITÁRIO, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE.

Regras gerais para abertura da CONTA CENTRALIZADORA

7.2. A CONTA CENTRALIZADORA, de titularidade da CONCESSIONÁRIA, deverá ser aberta e mantida às expensas da CONCESSIONÁRIA.

7.2.1. A CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com os encargos e as taxas relacionados à atuação do BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.

7.2.2. A CONTA CENTRALIZADORA deverá (a) ser aberta em até 120 (cento e vinte) dias contados do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL e (b) mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

7.3. A CONTA CENTRALIZADORA terá movimentação restrita às destinações e vinculações previstas no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo o BANCO DEPOSITÁRIO realizar qualquer movimentação em desacordo com o previsto no contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 7.3.1. A CONTA CENTRALIZADORA receberá exclusivamente os depósitos que lhe são atribuídos no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo outros valores serem destinados, a qualquer título, à CONTA CENTRALIZADORA.
- 7.4. Para todos os efeitos legais, as PARTES reconhecem que os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA somente poderão ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos deste ANEXO.
- 7.5. Os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA serão de titularidade da CONCESSIONÁRIA.
- 7.6. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários, que lhe couberem, para promover e efetivar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições do CONTRATO e deste ANEXO.
- 7.6.1. O PODER CONCEDENTE deverá tomar todas as medidas que lhe cabem para viabilizar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA, incluindo: (i) o fornecimento de documentos e informações; (ii) a participação, por meio de seus representantes, em reuniões com o BANCO DEPOSITÁRIO; e (iii) a realização de quaisquer outras providências que sejam requeridas para abertura da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO, devendo emvidar seus melhores esforços para garantir que a abertura da CONTA CENTRALIZADORA ocorra de maneira tempestiva e eficiente.
- 7.6.2. As PARTES se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO para movimentação da CONTA CENTRALIZADORA em desconformidade com o CONTRATO.
- 7.6.3. O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações do CONTRATO e deste ANEXO.
- 7.6.4. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações da CONTA CENTRALIZADORA.
- 7.6.5. Sempre que solicitado pelas PARTES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos sobre a CONTA CENTRALIZADORA.
- 7.7. Não é admitida a utilização dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA para fins diversos dos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 7.8. Para os fins dispostos neste ANEXO, as menções às contas a serem livremente movimentadas deverão ser entendidas como uma ou mais contas correntes indicadas, conforme o caso, pelas PARTES, pelos FINANCIADORES, ou por seus representantes, que tenham a prerrogativa de exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos instrumentos aplicáveis, como o CONTRATO, contratos de financiamento e/ou conforme o ACORDO TRIPARTITE, se celebrado.
- 7.9. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados nas seguintes alternativas de investimentos ("INVESTIMENTOS PERMITIDOS"):
- (i) Títulos públicos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO;
 - (ii) Títulos privados pós-fixados emitidos por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO; e
 - (iii) Cotas de fundo de investimento administrados por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA CENTRALIZADORA, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (i) e (ii) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.
- 7.9.1. Todas as aplicações referidas no item 7.9 acima deverão ser realizadas com recursos da CONTA CENTRALIZADORA, e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
- 7.9.2. Todo rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA será acrescido ao saldo da respectiva conta, para todos os fins deste ANEXO.
- 7.10. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados segundo decisão da CONCESSIONÁRIA, desde que em INVESTIMENTOS PERMITIDOS e em acordo com as demais disposições do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA.

Recursos a serem depositados na CONTA CENTRALIZADORA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

7.11. A CONTA CENTRALIZADORA receberá os seguintes recursos, observado o quanto previsto no ANEXO XI:

- (i) O valor previsto a título de compartilhamento de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (ii) Eventual saldo remanescente do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, observadas as preferências de recebimento já reconhecidas pelo PODER CONCEDENTE em favor das concessionárias ViaQuatro (Concessionária da Linha 4), da Linha Universidade (Concessionária da Linha 6), da ViaMobilidade (Concessionária das Linhas 5 e 17, concessionária do Trem Intercidades Norte e Linha 7, bem como de outras concessionárias de serviço público de transporte coletivo de passageiros que fizerem parte do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e tiverem contratos celebrados com o PODER CONCEDENTE em data anterior à DATA DE ASSINATURA, até o limite do valor devido à CONCESSIONÁRIA a título de pagamento de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA;
- (iii) Depósitos provenientes do Tesouro do Estado de São Paulo para adimplemento das obrigações de pagamento do PODER CONCEDENTE;
- (iv) Eventuais valores, oriundos de outros sistemas de arrecadação, incluindo, se o caso, a ABASP na forma e nos limites que vierem a ser definidos pelo PODER CONCEDENTE.

7.12. O valor referido no item 7.11, inciso (ii), será depositado pelo SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO em todo dia de expediente bancário, a partir da OPERAÇÃO COMERCIAL.

7.12.1. O PODER CONCEDENTE deverá empreender todas as medidas necessárias para operacionalizar a transferência de recursos de que trata o item 7.12 de maneira que não haja a necessidade de qualquer comando ou etapa adicionais àqueles que são aplicáveis às transferências para as concessionárias listadas no 7.11, inciso (ii).

7.13. Os valores referidos no item 7.11 constituirão o saldo destinado para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e demais itens previstos no item 7.19, no montante a ser notificado pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item 7.14 abaixo.

Pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e do APORTE

7.14. Até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, o PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO acerca do montante de recursos a serem transferidos da CONTA CENTRALIZADORA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA relativa ao mês anterior, incluindo os montantes decorrentes da retenção descrita no item 3.4.2 (“NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO”).

- 7.14.1. O PODER CONCEDENTE também deverá informar o BANCO DEPOSITÁRIO, por meio da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, na hipótese de reestabelecimento da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o valor dos descontos da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA decorrentes de eventual DESEQUILÍBRIO em favor do PODER CONCEDENTE, conforme disposto no ANEXO III.B.
 - 7.14.2. Recebida a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis.
 - 7.14.3. Caso seja superado o prazo previsto no item 7.14 sem que o PODER CONCEDENTE tenha emitido nova NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá, provisoriamente, utilizar o mesmo valor definido no mês anterior, realizando-se os correspondentes ajustes, para mais ou para menos, quando da definição do valor pelo PODER CONCEDENTE a ser ajustado na notificação subsequente.
- 7.15. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá, quando da movimentação prevista no item 7.14 acima, notificar o PODER CONCEDENTE, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida no mês, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.
- 7.15.1. Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, o PODER CONCEDENTE deverá proceder com o depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, na CONTA CENTRALIZADORA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.
 - 7.15.2. No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, superando o prazo previsto no item 7.15.1 acima, o valor devido deverá ser acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto no item 7.15.1 para recebimento dos recursos pela CONCESSIONÁRIA, até a data da efetiva disponibilização dos recursos complementares na CONTA CENTRALIZADORA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 7.15.3. No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título da CONTAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, será aplicável o disposto na Cláusula [51.8] do CONTRATO.
- 7.16. Em até o 15 (quinze) dias úteis da emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, o PODER CONCEDENTE deverá notificar o BANCO DEPOSITÁRIO acerca do montante de recursos a serem transferidos da CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE¹ para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da respectiva parcela do APORTE (“NOTIFICAÇÃO DE APORTE”).
- 7.16.1. Caso seja superado o prazo previsto no item 7.16 sem que o PODER CONCEDENTE tenha emitido NOTIFICAÇÃO DE APORTE, a CONCESSIONÁRIA poderá emitir referida notificação diretamente ao BANCO DEPOSITÁRIO, indicando os valores previstos na NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
- 7.16.2. Recebida a NOTIFICAÇÃO DE APORTE, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis.
- 7.16.3. Caso após NOTIFICAÇÃO DE APORTE emitida pela CONCESSIONÁRIA haja constatação pelo PODER CONCEDENTE de improcedência na atestação de CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, aplicar-se-á o indicado no item 6.4.3.1.
- 7.17. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá, quando da movimentação prevista no item 7.16 acima, notificar o PODER CONCEDENTE, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE para o pagamento integral da respectiva parcela do APORTE, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.
- 7.17.1. Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, o PODER CONCEDENTE deverá proceder com o depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, na CONTA CENTRALIZADORA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.
- 7.17.2. No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título de

¹ Nota: A depender da estrutura de garantias para o pagamento do APORTE, podemos ajustar regra para prever conta específica onde serão reservados os valores para pagamento desta parcela de remuneração, ou outro tipo de comando para a transferência.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, superando o prazo previsto no item 7.17.1 acima, o valor devido deverá ser acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto no item 7.17.1 para recebimento dos recursos pela CONCESSIONÁRIA, até a data da efetiva disponibilização dos recursos complementares na CONTA CENTRALIZADORA.

7.17.3. No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título de APORTE, será aplicável o disposto na Cláusula [•] do CONTRATO.

7.18. Na hipótese de que trata a Cláusula [24.7.2, inciso (ii)] do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE notificará o BANCO DEPOSITÁRIO para que suspenda a realização do desconto relativo ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, compensando-o com a parcela inadimplida do APORTE.

Movimentações da CONTA CENTRALIZADORA

7.19. Por ocasião da notificação de que trata o item 7.14 acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá movimentar a CONTA CENTRALIZADORA da seguinte forma, respeitando a seguinte ordem de prioridade:

7.19.1. O valor devido a título do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO será transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE, observado o disposto no item 7.16;

7.19.2. O valor devido a título de participação da CONCESSIONÁRIA nos custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO será transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE;

7.19.3. O valor apresentado pelo PODER CONCEDENTE relativo à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, contabilizados os descontos previstos nos itens 7.19.1, 7.19.2 e 3.4.2 e adicionando-se os valores a serem liberados nos termos do item 3.4.2.2, será transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;

7.19.4. Se o BANCO DEPOSITÁRIO tiver sido notificado pela CONCESSIONÁRIA, deverá ser a ela transferido (i) o valor devido a título de pagamento de parcela inadimplida do APORTE, nos termos da Cláusula [•] do CONTRATO; ou (ii) o valor devido a título de reembolso pela cobrança de IPTU, nos termos da Cláusula [•] do CONTRATO;

7.19.5. Se o BANCO DEPOSITÁRIO tiver sido notificado pelo PODER CONCEDENTE, deverá ser transferido à CONCESSIONÁRIA eventual valor decorrente de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

7.19.6. Caso haja saldo remanescente após a realização das movimentações previstas nos itens 7.19.1 a 7.19.5 acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE o montante disponível na CONTA CENTRALIZADORA, excetuado o montante reservado nos termos do item 3.4.2 acima.

8. REAJUSTES E OUTRAS AVENÇAS

Reajuste dos componentes de remuneração

8.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, que incidirá na parcela correspondente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF_{i-n} = CPF_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

CPF_{i-n} é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i válida durante o ano contratual n ;

CPF_{i-db} é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i indicado no ANEXO IX.A;

$IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e

$IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

8.2. O PREÇO UNITÁRIO CARRO KM será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, nos termos da seguinte fórmula:

$$PUKM_n = PUKM_{db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

$PUKM_n$ é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido durante o ano contratual n ;

$PUKM_{db}$ é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM indicado no item 1.1;

$IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL; e

$IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 8.3. O APORTE será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, que incidirá na parcela correspondente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos da seguinte fórmula:

$$AP_{i-n} = AP_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

AP_{i-n} é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i válido durante o ano contratual n ;
 AP_{i-db} é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i indicado no ANEXO IX.A;
 $IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE; e
 $IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

- 8.4. O primeiro reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA e do APORTE será realizado na data em que se iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.
- 8.5. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto neste item 8, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.
- 8.6. Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto neste item 8, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.
- 8.6.1. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença, a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência, e efetuando-se o pagamento à CONCESSIONÁRIA da diferença calculada a seu favor, ou o desconto da diferença calculada a favor do PODER CONCEDENTE, na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA subsequente.
- 8.7. Na eventualidade de algum dos elementos do índice de reajuste previsto neste item 8 deixar de existir, o PODER CONCEDENTE passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 8.7.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

Arredondamento dos cálculos

- 8.8. Para efeitos de reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, os valores serão calculados com 4 (quatro) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:

- 8.8.1. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 8.8.2. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Aplicação dos reajustes

- 8.9. O cálculo do reajuste será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado ao PODER CONCEDENTE com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.

- 8.9.1. O PODER CONCEDENTE poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 8.9 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.

- 8.9.1.1. O reajuste será efetivado nos termos da determinação do PODER CONCEDENTE, sendo certo que caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, ela poderá recorrer ao [•].

- 8.9.2. Caso o PODER CONCEDENTE não se manifeste sobre o cálculo referido no item 8.9 até a data do reajuste, será aplicado automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação do PODER CONCEDENTE, quando então far-se-á o eventual desconto ou majoração, na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA subsequente, de eventuais valores que tenham sido recebidos a maior ou a menor pela CONCESSIONÁRIA.

- 8.10. O PODER CONCEDENTE somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA se demonstrar, fundamentadamente, que:

- I. Houve erro no cálculo realizado pela CONCESSIONÁRIA para alcançar o valor

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

reajustado dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, hipótese em que aplicar-se-á o disposto no item [•]; ou

- II. Não se completou o período para a aplicação do reajuste.